



Disponível em
<http://www.desafioonline.com.br/publicações>
Desafio Online, Campo Grande, v. 3, n. 3, Set./Dez. 2015



**PARQUE NACIONAL SERRA DE ITABAIANA: IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO
DE UMA UNIDADE CONSERVAÇÃO E OS MORADORES DOS POVOADOS DE
SEU ENTORNO**

Claydivan Wesley dos Santos Souza
Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Mestrados em
Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFS. A dissertação foi desenvolvida
com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.
Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa “Processos Identitários e Poder”

Luanne Michella Bispo Nascimento
(GEPPIP). cwwesley@hotmail.com.

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Programa de Mestrados em
Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFS. A dissertação foi desenvolvida
com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.
Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa “Processos Identitários e Poder”
(GEPPIP). cwwesley@hotmail.com

Marcelo Alario Ennes
Pós Doutor e pesquisador colaborador do Centro de Estudos sobre Migrações e
Relações Intercultural UAb/Portugal. Atuou como docente e orientador do Programa de
Mestrados em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA/UFS entre 2007 e 2012.
Docente do Departamento de Educação do Campus de Itabaiana/UFS. Professor e
Orientado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UFS.
prof.marcelo.ennes@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo reflete sobre inserção de moradores de povoados do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI) no processo de sua implementação e gestão. O período estudado concentra-se no ano de 2012, ainda que tenhamos utilizado dados e outras informações obtidas a partir de 2007. Trata-se de um tema de extrema importância para o debate sobre gestão ambiental de modo a explicitar dimensões que extrapolam sua dimensão técnica e normativa e permite explicitar seus aspectos políticos. O artigo reúne resultados de duas dissertações de mestrado defendidas junto ao Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe. Resulta, também, das atividades de orientação em pesquisa em nível de Iniciação Científica e Pós-Graduação desenvolvidas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa “Processos Identitários e Poder” (GEPPIP), em especial, aquelas relacionadas à linha de pesquisa “Conflitos Ambientais e Processos Identitários”. Esse texto insere-se em um campo de estudo onde o ambiente não está dissociado do social. Isto é, em campo no qual a garantia da preservação do meio ambiente não pode ser realizada em detrimento ou em contradição com a superação da pobreza, do analfabetismo e de outras expressões da vulnerabilidade social. Além disso, esse estudo trata de populações que, ainda que em sua diversidade, mantenham relações de sobrevivência econômica com os recursos naturais da área do Parque, não podem ser consideradas tradicionais, já que estão inseridas, em sua maioria, em relações de produção de mercado e por dependerem de mecanismos de transmissão de conhecimento e informações reconhecidamente não tradicionais como a escola, a televisão, o rádio etc..

Palavras-chave: Unidades de Conservação, processos identitários, conflitos socioambientais

Abstract:

This article reflects about insertion of the neighbors village of the “Parque Serra de Itabaiana” (PARNASI) in the process of its implementation and management process. The period studied concentrated in 2012 although we have been utilized data and other information obtained from 2007. Our general goal is to examine how the villagers participate or participate as much as implementation and management of PARNASI. This is an important subject-matter to management environment debate in order to clarify this beyond technical and normative dimensions and help to explain its political aspects. The article systematized results of two master’s theses submitted to the Master’s program in Development and Environment of the Sergipe Federal University. Also results, of the activities development under of the Identity Process and Power’s Group, in special, the related to environment conflicts and identity process’s research line. This text is part of a studies’ field in which the environment it is not dissociated of the social. In this studies’ field the environment cannot be made over or in contradiction with overcoming poverty, of the illiteracy and other vulnerability social expressions. Besides, this study is concerned with villages even if are dependent of PARNASSUs natural resources of the PARNASSUs area, cannot be considered like traditional community. This because the most of villages are inserted in the Market production relationships and because they depended knowledge and information nontraditional transmission mechanisms like: school, TV, radio etc.

Keyword: Conservation Unit, Identity Process, Environment Conflict

INTRODUÇÃO

O presente artigo reflete sobre inserção de moradores de povoados do entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI) no processo de sua implementação e gestão. O período estudado concentra-se no ano de 2012, ainda que tenhamos utilizado dados e outras informações obtidas a partir de 2007. Nosso objetivo geral é verificar como se deu e como tem se dado essa participação tanto na implantação, quanto na gestão do PARNASI. Trata-se de um tema de extrema importância para o debate sobre gestão ambiental de modo a explicitar dimensões que extrapolam sua dimensão técnica e normativa e permite explicitar seus aspectos políticos. O presente artigo reúne resultados de duas dissertações de mestrado defendidas junto ao Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe. Resulta, também, das atividades de orientação em pesquisa em nível de Iniciação Científica e Pós-Graduação desenvolvidas no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisa “Processos Identitários e Poder” (GEPPIP), em especial, as relacionadas à linha de pesquisa “Conflitos Ambientais e Processos Identitários”.

Participação de moradores de povoados localizados no entorno de Unidades de Conservação (UC's) nos processos políticos e administrativos relacionados à sua criação e gestão é um tema de grande importância por vários motivos. Entre outros destacamos, primeiro, o fato da grande maioria das UC's não estar localizadas em vazios demográficos e, segundo, as tensões geradas pelas mudanças na economia, na política e nos modos de vida desses moradores. No caso em estudo, como veremos, ainda que justificável ambientalmente, a criação do PARNASI não tem resultado na melhoria das condições de vida dos moradores nem do ponto de vista econômico e nem do ponto de vista da cidadania, isto é, na capacidade de participar dos processos decisórios que envolvem os destinos de suas próprias vidas.

Esse texto insere-se em um campo de estudo onde o ambiental não está dissociado do social. No qual a garantia da preservação do meio ambiente não pode ser realizada em detrimento ou em contradição com a superação da pobreza, do analfabetismo e de outras expressões da vulnerabilidade social. Além disso, esse estudo trata de populações que, ainda que em sua diversidade, mantenham relações de sobrevivência econômica com os recursos naturais da área do Parque, não podem ser consideradas tradicionais, já que estão inseridas, em sua maioria, em relações de produção de mercado e por dependerem de mecanismos de transmissão de conhecimento e informações reconhecidamente não tradicionais como a escola, a televisão, o rádio etc..

Como já mencionado, o artigo foi escrito com base em dados coletados a partir de 2007, ainda que tenhamos nos concentrado em informações mais recentes, obtidas em 2012. Desde o início temos trabalhado com a combinação de fontes escritas e orais. No primeiro caso, além da bibliografia sobre o tema socioambiental, nos utilizamos de dados secundários produzidos, em grande parte, pelo IBGE. Já no que se refere às fontes orais, trabalhamos com dados primários e realizamos coleta de depoimentos e relatos de vida seja de moradores, seja de técnicos do Estado e, ainda, de pesquisadores que atuam na área. Além disso, procedemos várias visitas aos povoados, antes e depois da coleta de dados. Antes, para conhecer, nos familiarizar e sermos familiarizados pelos moradores dos povoados. Essa prática de pesquisa foi importante para ganhar a confiança de nossos entrevistados. Depois da coleta de dados, retornamos para apresentar parte dos resultados da pesquisa. Nessas ocasiões, não apenas falamos sobre a pesquisa em si, como, também, procuramos atender algumas das demandas dos moradores, a exemplo dos esclarecimentos sobre licenciamento ambiental.

O artigo está dividido em três partes, além dessa introdução e da conclusão. Na primeira, procuramos caracterizar socioambientalmente a região na qual está inserido o PARNASI. Para tanto, nos valem tanto de dados secundários extraídos sobretudo do IBGE e também de dados primários obtidos por meio de pesquisa de campo. Na segunda parte, descrevemos e problematizamos o processo de implementação do PARNASI, cujo início remonta ao início da década de 1970. Nesse item procuramos enfatizar os atores sociais que fizeram parte dessa dinâmica, entre eles, os moradores dos povoados do entorno do Parque. Por fim, na terceira parte, apresentamos uma reflexão sobre a gestão do Parque com ênfase no que aqui foi denominado de invisibilização dos moradores, processo que denota sua marginalização política e, também, agravamento de suas condições de vida.

1. CARACTERÍSTICAS SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO DO PARQUE NACIONAL “SERRA DE ITABAIANA”

O Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI) foi criado em 15 de junho de 2005. Está localizado no agreste sergipano, em uma zona de transição entre a Caatinga e a Mata Atlântica e contém uma sucessão de formas vegetais, tais como, o campo rupestre, cerrado, restinga. Além disso, a área apresenta uma grande diversidade de flora, porém, uma limitada aptidão agrícola, pois toda a extensão da Serra possui solos pedregosos e rasos, com exceção de pequenas áreas de solo de textura arenosa.

A sede do Parque está distante 45 quilômetros de Aracaju, capital do estado de Sergipe. O PARNASI está inserido nos municípios de Areia Branca, Itabaiana, Itaporanga D`ajuda, Laranjeiras e Campo do Brito. Sua área abrange 7.966 hectares, 87,25 km de perímetro. A Serra de Itabaiana é o principal acidente geográfico do município de Itabaiana, com 659 metros de altitude e é o segundo ponto mais alto do relevo do estado de Sergipe.

A vertente Leste da Serra de Itabaiana é drenada por várias nascentes com cascatas, corredeiras, cavernas, além de cachoeiras, como a dos Véus das Noivas, muitos riachos, como o Negro, Vermelho, e poços de águas cristalinas como o Poço das Moças. Além de serem importantes por abastecer hidricamente as populações do entorno, possui riachos que abastecem alguns dos mais importantes rios de Sergipe, como o Rio Poxim e o rio Jacarecica (MENEZES, 2004). Já a vertente oeste possui um grande paredão, utilizado para práticas esportivas como o rapel.

As populações existentes em cerca de 24 povoados no entorno da Serra sobreviviam principalmente por meio de atividades extrativistas e agropecuária, atividades predatórias do ponto de vista ambiental. Nesse sentido, a Serra e grande parte da atual área do Parque, tem convivido, ao longo dos anos, com diversos problemas decorrentes da extração mineral, vegetal, do desmatamento e de queimadas.

Sergipe é o menor estado da federação. Em 2012 possuía população estimada de 2.219.574 (IBGE). O estado possui grandes disparidades sociais e econômicas, a exemplo de Aracaju ter sido considerada a capital com melhor “qualidade de vida” e, ao mesmo tempo, o Estado com IDH 0,781 o coloca na 20ª colocação no Brasil. Esse contraste é observado também entre a capital e os municípios nos quais o PARNASI está localizado. Em 2010, Aracaju, com cerca de 571.149 (IBGE, 2010) possuía um IDHM de 0,777 (IBGE, 2010), considerado alto, enquanto que Itabaiana tinha 0,642; considerado médio e com IDHM baixo estavam, Areia Branca, Laranjeiras, Itaporanga D`Ajuda e Campo do Brito com, respectivamente, 0,579, 0,642, 0,651 e 0,621.

Entre os cinco municípios que abrigam o PARNASI, Itabaiana é que possui a maior população, cerca de 92.732 habitantes, seguido por Itaporanga D`Ajuda, com 32.911; Laranjeiras, com 28.835; Areia Branca, com 17.992 e Campo do Brito, com 17.272 habitantes. Trata-se, portanto, com a exceção de Itabaiana, de municípios, em sua maioria de pequeno porte e com condições de vida bastante precárias.

O GEPPIP tem trabalhado com povoados localizados no entorno do PARNASI desde 2007. Para o estudo que ora estamos nos fundamentando, utilizaremos dados coletados em 2012 nos povoados de Rio das Pedras, Bula Cinza, Serra e Ribeira¹

Por meio dos dados coletados em 2012, verificam-se números que ajudam compreender os IDHM baixos dos municípios do entorno do PARNASI. A começar pela escolaridade dos respondentes. Mais de 70% dos entrevistados dos quatro povoados ou não escrevem e nem leem ou possuem apenas o ensino fundamental incompleto. A lado disso, 67% dos respondentes afirmaram receber até um salário mínimo por mês. Apenas nos Povoados Rio das Pedras e Ribeira, encontramos moradores que afirmaram receber mais de 3 salários mínimos, o que representou 1,12% de todos os entrevistados. Mesmo que os dados sobre renda sejam imprecisos em razão da resistência dos entrevistados em declarar esse tipo de informação, é plausível que a realidade não se distancie significativamente do resultado obtido, o que ratifica a ideia de um quadro socioeconômico bastante precário. Esse estado de precariedade é ratificado quando consideramos os dados sobre ocupação. A maioria dos respondentes eram de agricultores e aposentados, cerca de 60%. Rio das Pedras, destoa do conjunto dos povoados, já que essas duas ocupações juntas atingem 44% e outras ocupações mais “urbanas”, tais como trabalho em olarias e cerâmicas, comerciantes e cabelereiros; aparecem em maior proporção.

O povoado Rio das Pedras apresenta outras particularidades. Primeiro por ser o maior, com cerca 1500 habitantes (IBGE, 2010) e pelo fato de ser de todos o mais urbanizado em razão da presença de equipamentos sociais (pavimentação de rua, rede água, escolas, posto de saúde), seja pela presença de atividades de comércio e indústria. Nesse último caso, há inúmeras olarias e cerâmicas no povoado.

Por meio do trabalho de campo é possível fazer algumas inferências importantes que contextualizarão a análise que se segue sobre a implantação e gestão do PARNASI e sobre o processo de invisibilização sofrido pelos moradores dos povoados localizados em seu entorno. O primeiro ponto a ser destacado consiste em que mais da metade dos moradores dos povoados entrevistados (53,63%) não sabiam o que é um Parque Nacional.

¹ O primeiro período de trabalho de campo ocorreu entre o final de 2007 e início de 2008. O segundo, no ano de 2012. Na primeira ocasião, realizamos 93 entrevistas e, em 2012, 81. Em ambos os casos, utilizamos um questionário com perguntas e respostas predefinidas e optamos por uma amostra não probabilística (Richardson, 1999) INCLUIR NAS REFERÊNCIAS. O questionário foi elaborado a partir do “formulário A” utilizado pelos agentes de saúde por entendermos que várias de suas questões contemplavam aspectos socioambientais que nos interessavam. Em 2012, incluímos algumas questões novas. A mais importante foi a que indagava o respondente se conhecia algum Parque Nacional. Isso porque a análise dos dados obtidos na aplicação dos primeiros questionários e as sucessivas visitas a campo apontaram que, não obstante a proximidade física, muitos moradores não sabiam que viviam no entorno de uma unidade de conservação.

O povoado Ribeira, foi o único em que a maioria dos moradores (52,1%) disse que sabia o que era um Parque Nacional. Esses dados são ainda mais interessantes se considerarmos que o Parque havia sido implementado há mais de 7 anos, que todos esses povoados estão situados na divisa do Parque e muitas das propriedades de moradores dos povoados se estendem para o seu interior o que, como veremos, é fonte de tensões e conflitos.

Dos que afirmaram que conheciam (não indagamos o que entendiam com tal), apenas 45% lembraram do nome. Nesse caso, os entrevistados dos povoados Serra e Ribeira destacaram-se já que, 61,29 % do primeiro e 76% do segundo, responderam positivamente, enquanto que nos povoados Rio das Pedras e Bula Cinza, em torno de 1/3 dos entrevistados disseram conhecer algum Parque.

Entre os que afirmaram conhecer, 46% não souberam dizer o nome de nenhum Parque. Entre os que lembraram, dois nomes se destacaram, O PARNASI e o Parque dos Falcões, que na realidade é um projeto privado onde são criadas aves de rapina como gaviões, corujas e falcões e está dentro do PARNASI. No conjunto dos quatro povoados, os nomes do Parque Nacional Serra de Itabaiana e do Parque dos Falcões foram lembrados praticamente pelo mesmo número de respondentes, isto é, 24,43 e 22,9% respectivamente.

2. O PROCESSO QUE LEVOU À CRIAÇÃO DO PARNASI

Em 1973, com o objetivo de conservar áreas naturais por meio de Unidades de Conservação, o Governo Federal define a Serra de Itabaiana como parte do Programa de Estações Ecológicas. Naquele momento, o Programa estava sob a responsabilidade da recém-criada Secretaria Especial do Meio Ambiente. A área da Serra de Itabaiana escolhida para a implantação da estação ecológica correspondia a 4.389,76 hectares e procurou obedecer a alguns critérios, tais como excluir o máximo possível de propriedades rurais efetivamente ocupadas e incluir o máximo possível de elementos da biodiversidade para estudos científicos, dentre outros (SERGIPE, 1978). Por muitos anos a Serra de Itabaiana, que foi designada para ser uma categoria de Unidade de Conservação do tipo Estação Ecológica, não teve sua consolidação efetivada devido à grande quantidade de restrições e vários impasses políticos e sociais.

Três décadas depois, em um novo contexto marcado pelas pressões sociais originárias dos movimentos ambientalistas e de estudiosos da área, o Governo Federal retomou o programa de instalação de áreas de preservação e no ano de 2000 é promulgada a

Lei 9.985/200 que deu origem ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Essa lei passou a definir as Unidades de Conservação² (UC's) como territórios que incluem recursos ambientais e aspectos peculiares. Têm a função de preservar o patrimônio biológico existente, evidenciando as diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais.

É dentro desse cenário que alguns estudos são desenvolvidos na Serra de Itabaiana e como isso instaurava-se uma nova discussão sobre a necessidade de retomar sua definição como UC. No lugar da Estação Ecológica, o que, como vimos, não chegou a ser implantada, a categoria apontada como a mais viável para atender a realidade socioeconômica da nossa região era a de Parque Nacional (ParNa), por ser uma categoria menos restritiva.

Na época a escolha dos técnicos pela categoria de parque era respaldada no de discurso de 'preservação do valioso patrimônio natural de Sergipe'. Assim, mostrou-se para a comunidade local que a categoria de parque beneficiaria não somente a natureza, mas a economia local, já que o superintendente do IBAMA, afirmava em jornais que a região receberia investimentos e que entorno da Serra a comunidade seria beneficiada (MORALES, 2011, p.61).

Os Parques Nacionais são modalidades de proteção ambiental e foi regulamentado sob a forma de lei pela primeira vez no Brasil na década de 1940, em um contexto em que a discussão sobre a questão ambiental começa a tomar forma no continente sul americano. De acordo com um Decreto Legislativo de 1948, os Parques Nacionais são “[...] *regiões estabelecidas para a proteção e conservação das belezas cênicas naturais e da flora e fauna de importância nacional das quais o público pode aproveitar-se melhor ao serem postos sob a superintendência oficial.*” (BRASIL, 1940, p.1).

A criação do PARNASI precisa ser entendida dentro de um campo socioambiental do qual fazem parte agentes direta e indiretamente presentes na área de estudo. Entre os agentes que se fizeram presentes no processo criação e ainda atuam na região destacam-se a universidade, o poder público, os moradores e empresários. Nenhum desses grupos é homogêneo e, todos, são constituídos por disputas e confrontos diretos.

² As UC's dividem-se em dois grupos: as de Uso Sustentável e as de Proteção Integral. Nestas, as regras e normas são mais restritivas, sendo vetado o uso que envolve consumo dos recursos naturais. São permitidos a recreação, o turismo ecológico, a pesquisa científica, dentre outras. As categorias de proteção integral são: estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, monumento natural e refúgio de vida silvestre. Já as primeiras são áreas que buscam a conciliação entre a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais. Nesse grupo, atividades de extração são permitidas desde que sejam levados em conta os processos ecológicos e a perenidade dos recursos ambientais renováveis. As categorias de uso sustentável são: área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável, reserva extrativista, área de proteção ambiental (APA) e reserva particular do patrimônio natural (RPPN).

Morales (2011), por exemplo, ressalta que com a aprovação da proposta da Estação Ecológica pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, o IBAMA tentou consolidar o decreto proibindo as visitas ao espaço, bem como manifestações religiosas e culturais. Esse marco representou uma tentativa drástica de conservação ambiental em detrimento de todo um uso e significação construídos desde épocas remotas. (SANTANA, 2002).

Não passando das iniciativas voltadas à implementação da Estação Ecológica, sem que a mesma viesse a funcionar de fato, o debate sobre a criação de uma Unidade de Conservação voltou entre 2003 e 2004. Ao contrário da primeira, essa nova tentativa, que deveria ser feita dentro dos marcos legais do SNUC, previa a consulta e o envolvimento da população local. De acordo com Morales (2011), em 2004 uma primeira audiência pública teria ocorrido com a participação da população local, ambientalista e técnicos do governo (MORALES, 2011, p. 60).

A definição pela modalidade Parque Nacional como Unidade de Conservação resultou, no entanto, dos estudos realizados por pesquisadores da Universidade Federal de Sergipe e Universidade Tiradentes. A decisão pelo Parque Nacional, de acordo com Morales (2011), está relacionada à preocupação dos pesquisadores em conciliar a preservação ambiental e o desenvolvimento social e econômico das comunidades localizadas em seu entorno.

3. DESAFIOS NA GESTÃO DO PARQUE E INVISIBILIZAÇÃO DOS MORADORES

Entre vários desafios de gestão do Parque e da questão ambiental de seu entorno, encontra-se as dificuldades relacionadas à obtenção de licenciamento ambiental por parte dos moradores dos povoados. A Administração Estadual do Meio Ambiente – ADEMA, vinculada à Secretaria do Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH, é o órgão responsável pela concessão de licenciamento ambiental em todo o estado para todas as atividades econômicas que possuem algum tipo e algum nível de impacto ambiental. Por isso, está presente na área do entorno do Parque na qual observam-se inúmeras formas de atividades econômicas que vão da agricultura até as olarias e cerâmicas. Por falta do plano de

manejo, que é responsável por sua definição, a área de entorno do Parque se estende por 10 km. O que inclui a sede do município de Itabaiana e Areia Branca.

Em reuniões com os moradores dos povoados pôde-se verificar as dificuldades para se obter a licença ambiental que passa a ser vista como injustiça. Alguns dos moradores reclamavam da dificuldade de se entender a legislação e de arcar com os custos da solicitação. Dificuldades, segundo esses mesmos moradores, não enfrentadas por empresas que atuam na região, seja por terem recursos financeiros, seja porque dispõem de advogados e profissionais capacitados para cumprir com essas exigências. Portanto, a ausência de apoio, somado ao perfil sociocultural dos moradores, transforma a legislação ambiental em um obstáculo a mais ao desenvolvimento de atividades econômicas, principalmente para aqueles que a desenvolvem em pequena escala ou mesmo voltadas para o autoconsumo.

A administração do Parque é feita pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que conta com o apoio da Polícia Ambiental. Juntos, possuem o poder de multar e prender indivíduos e empresas que cometam crimes ambientais na área. Ainda que tenha um quadro reduzido de funcionários, por meio das entrevistas e depoimentos realizados com moradores e representantes de olarias e cerâmicas, há evidências de que existe, ao menos, a sensação de que podem ser punidos caso violem as regras características de um Parque Nacional relativo ao seu e exploração econômica.

Por sua vez, a não conclusão da desapropriação de áreas existentes dentro do PARNASI, o que implica na não indenização de donos de terras e de suas benfeitorias, expressa a sua fraqueza institucional que repercute entre os atores envolvidos ao criar uma zona de incertezas quanto à “seriedade” da iniciativa, o que acaba por ser utilizado como justificativa para eventuais usos inadequados e ilegais da área protegida. A esse respeito, é bastante ilustrativo o argumento do gestor do Parque:

Dificulta, por quê? Terra no Brasil e no mundo todo, mas posso falar aqui no Brasil que conheço, funciona como um meio de sobrevivência, quem não tem muita terra cria boi, planta soja, planta milho, planta cana, mas sobrevive da terra, enriquece, ou, sobrevive da terra, quem tem pouca, cria galinha, cria cavalo, planta mandioca, planta batata, etc.. Na hora que você cria uma Unidade de Conservação, você limita o uso dessas pessoas, da terra, na hora que você limita, você primeiro cria um conflito, já que as pessoas são impedidas de usar o que é seu, cria um conflito. Por outro lado, você gera uma expectativa, qual expectativa? Que a pessoa acha, entende que uma vez tendo sua propriedade inserida dentro do polígono da Unidade elas vão ser pagas, indenizadas. Mas como isso demora, isso incomoda, porque as pessoas começam a cobrar, depois eles começam a desacreditar e eventualmente eles passam a querer usufruir de algum modo da sua propriedade e isso estabelece um conflito. No caso desse Parque aqui, é, uma das vantagens é que a maioria das terras são terras, então são áreas pouquíssimas usadas pra finalidade da região, pra plantar, etc. Essas áreas que ficam mais no entorno também, são áreas mais pedregosas e outra grande parte das terras daqui são de pessoas que não sobrevivem dela, tem outras atividades, moram em Aracaju, etc. Outros moram na região, mas não sobrevivem

de atividades desenvolvidas na terra, então isso facilita um pouco, mas a gente há de convir que isso estabelece um conflito e esse conflito estabelece uma dificuldade pra a gestão, fica difícil você ficar o tempo todo mandando “na casa do outro” né, determinando como é que o outro deve agir na sua própria casa, num comparativo assim mais radical, mas de fato há uma parcela de conflito sim. (Administrador, 2012).

O administrador avalia que poucas terras particulares de moradores e empresas estão dentro da área do Parque e que, mesmo as que estão, pouco uso econômico é feito. A presença da equipe de pesquisa na área dos povoados e a realização dos estudos nos permitem reconhecer uma realidade um pouco distinta. De fato, há uso frequente, ainda que algumas vezes em pequena escala, de terras do Parque que são exploradas economicamente, seja por pequenas roças, extração de madeira e de pedras³. De qualquer modo, o administrador reconhece que a não conclusão do processo de indenização de propriedades privadas pertencentes ao PARNASI cria também dificuldades econômicas para seus proprietários, pois, além de não receberem a indenização, precisam observar as restrições legais impostas pelo Parque, o que restringe a exploração econômica de suas terras.

Ainda em relação à gestão do Parque, um outro fato observado durante o trabalho de campo, em especial nos povoados mais próximos da área protegida com mais vegetação, foi a recorrência com que ouvíamos que o IBAMA solta cobras dentro do Parque. Ainda que não tivéssemos a oportunidade de checar a veracidade da informação, o fato é que aos poucos parece que essa ideia tem produzido um imaginário (risco de ser atacado por cobras) desmotivador da presença e do uso das terras do Parque.

Por outro lado, os Parques Nacionais abarcam uma série de restrições ambientais que, se não forem bem definidas juntamente com todos os atores sociais envolvidos, ameaçam o cumprimento dos objetivos de proteção ambiental, contribuindo para a proliferação dos chamados “Parques de Papel”, ou melhor, Parques que não funcionam de maneira adequada, só existindo teoricamente. (PIMENTEL, 2008).

Conhecer as práticas culturais e a utilização dos recursos naturais pelas comunidades que já habitavam o ambiente é imprescindível para se fazer um manejo adequado da área protegida. Para ser percebido como Parque Nacional, com o intuito de preservação ambiental, é preciso desmontar a predominância dos princípios ecológicos os quais são justificáveis em primeira ordem como absolutos, como se fossem os únicos a

³ Em um de nossos trabalhos de campo, por meio de uma conversa informal com moradores em um bar do povoado Bom Jardim tomamos contato com a expressão “Arrancar Inhamé” que na verdade é um eufemismo para se referir à extração de pedras da área protegida do Parque. Essas pedras são muito utilizadas pelos próprios moradores ou são comercializadas para uso na construção civil (ENNES, NASCIMENTO, OLIVEIRA, 2009).

regular o ambiente. De acordo com Leff (2002), será preciso reconhecer que o ambiente que circunda as espécies e as populações biológicas é uma categoria sociológica (e não biológica), relativa a uma racionalidade social.

Por todas as dificuldades e desafios elencados acima, o PARNASI sofre com o risco de ser tornar mais um “Parque de Papel”. Isto porque, não obstante a preocupação dos pesquisadores e dos técnicos do governo em envolver a população local no momento da implementação do Parque, como vimos, pouquíssimos moradores se lembravam dessas atividades no momento da pesquisa. Se, portanto, a participação da população não havia se enraizado na memória dos moradores do local, mais grave era a situação da elaboração do plano de manejo e passados mais de sete anos ainda não havia notícias de seu desenvolvimento e conclusão.

A noção de configuração de Elias (1994, 2005) oferece uma perspectiva interessante para pensarmos as contradições de um processo que em si é justificável do ponto de vista legal e socioambiental, mas que sua concretização produz efeitos não esperados, muitas vezes contrariando os objetivos e a natureza dessas mesmas leis. Para Elias, as configurações consistem nas dinâmicas de interdependência dos indivíduos que não se reduzem à simples soma desses mesmos indivíduos e tão pouco seu destino depende da vontade de um único indivíduo. O que explica o modo de “funcionamento” das configurações são as disputas de poder e o modo como ele está distribuído entre os indivíduos que dela fazem parte.

É a ideia da disputa e distribuição do poder que nos auxiliar a compreender os rumos que o Parque Nacional Serra de Itabaiana está tomando, em especial para os moradores dos povoados de seu entorno. O nível sócioeconômico observado na região, seja por meio do nível de escolaridade, renda ou ainda pelo IDH dos municípios explica, ao menos em parte, as limitações tanto do processo de implementação quanto de gestão do Parque. Assim, além de terem participado de maneira superficial do processo de implementação do Parque, o protelamento do desenvolvimento e implementação do Plano de Manejo do Parque agrava a situação de invisibilização e marginalização dos moradores dos povoados. A participação mais efetiva e que pudesse ter sido enraizada de modo a garantir a existência de conselhos gestores atuantes, tem esbarrado na baixa escolaridade, na precariedade do trabalho e nas baixas condições de vida dos moradores.

Esse problema tem origem, entre outros, no processo de invisibilização que a comunidade tem sido vítima, seja no processo de implementação, seja na gestão do Parque. Essa invisibilização ocorre quando a realidade das comunidades e de seus moradores não é

devidamente conhecida e considera na definição de políticas públicas, de sua implementação e gestão. Desse modo, as populações locais, a exemplo dos moradores dos povoados situados no entorno do PARNASI, muitas vezes são considerados como “*receptáculos de políticas ambientais*”, que são, na maioria das vezes, executadas autoritariamente. Dessa forma, prega que o papel a ser desempenhado por eles seja repensado, apontando para uma crescente discussão de temas ambientais que “*combina o apelo à preservação do meio ambiente com a valorização da participação e/ou dos conhecimentos das populações locais nesta preservação*” (GERHARDT, 2007, p.02).

Ao promover essa homogeneização, desigualdades sociais e relações de poder locais acabaram sendo encobertas. Dessa forma, não conseguiu-se diferenciar possíveis práticas que respeitam o equilíbrio ecológico daquelas que são predatórias. Erroneamente é atribuído ao homem responsabilidades pela destruição ambiental, considerado grande predador e inimigo da natureza. Ao partir dessas prerrogativas, é desconsiderado o fato de que o homem sobrevive na heterogeneidade de grupos e classes sociais e econômicas diferentes, relacionando-se de diversas formas com seu ambiente (GERHARDT, 2007).

Além disso, em plano mais geral, a falta de recursos financeiros, seja para concluir o processo de desapropriação e indenização dos proprietários, seja para investimento em infraestrutura e pessoal em órgãos de gestão e fiscalização como o ICMBio e a polícia ambiental posterga a concretização da criação do Parque bem como oferece obstáculos ainda maiores para sua gestão, a exemplo do atraso de dez anos do desenvolvimento e implementação do plano de manejo.

Assim, a situação administrativa do Parque é reveladora das assimetrias políticas, seja entre os moradores dos povoados e pesquisadores e técnicos, quanto da questão ambiental quando confrontada com outras áreas dos governos (federal, estadual e municipal). No primeiro caso, o resultado é o processo de invisibilização e marginalização dos moradores, seja como fonte de informações e conhecimentos, seja como atores nos processos de tomada de decisão sobre a área do Parque e, também, sobre suas próprias vidas e condições de sobrevivência. Por sua vez, a secundarização da questão ambiental se expressa na falta de recursos ou mesmo no protelamento da normatização do funcionamento do Parque.

CONCLUSÃO

O presente artigo apresentou e problematizou dimensões do processo de implementação e gestão do PARNASI com destaque para o envolvimento dos moradores de alguns dos povoados situados em seu entorno. Destaque-se que, em primeiro lugar, o PARNASI, a exemplo de muitas outras Unidades de Conservação não foi implementado e nem está sendo gerindo em uma área de vazio populacional. A região comporta municípios e povoados que o antecedem⁴, o que tem se tornado fonte de tensões socioambientais, algumas mais explícitas, outras menos visíveis.

O artigo demonstrou que os municípios possuem níveis de condições de vida considerados baixos quando analisados da ótica do IDHM. Esse perfil socioeconômico é ratificado quando são analisados os dados coletados nos povoados estudados que indicam uma população com baixa escolaridade, baixo rendimento e ocupações profissionais não especializadas. Chamou, também, a atenção os dados que demonstram pouquíssimo conhecimento dos moradores sobre a existência do PARNASI isso, como já ressaltamos, é tão mais interessante pelo fato desses povoados fazerem divisa com a área do Parque.

A vulnerabilidade socioeconômica e ambiental somada ao pouco conhecimento sobre a existência do PARNASI constituem fatores que têm dificultado um maior envolvimento com o Parque, seja em sua implementação, seja em sua gestão. A morosidade quanto à liberação de recursos para finalizar o processo de desapropriação de propriedades que se encontram no interior do Parque e quanto à elaboração e implementação de seu Plano de Manejo são agravantes adicionais que conduzem para um cenário pouco otimista. De um lado, uma situação em que em última instância poderia configurar o que tem sido chamado de “Parque de Papel”. Isto é, pouca efetividade quanto aos objetivos e propósitos dessa modalidade de Unidade de Conservação. Ainda que sejam necessários novos estudos para verificar os resultados socioambientais da criação do PARNASI, o artigo aponta para uma realidade onde as dificuldades de concluir o processo de implementação gera uma gestão que, face sua impotência em resolver problemas que lhe fogem à competência, como as indenizações, a melhoria das condições vida da população, entre outras; acaba por “naturalizar” e justificar o atual estado de coisas. De certo modo, não seria exagerado dizer que existe uma certa complacência por parte dos órgãos oficiais em relação a agressões ao

⁴ De acordo com dados do IBGE, os municípios limítrofes com o PARNASI, foram constituídos nos seguintes anos: (Laranjeiras, 1911; Campo do Brito, 1912; Itabaiana, 1912 e Areia Branca. 1963. No entanto, a povoação da região remonta ao século XVI (IBGE).

meio ambiente na área do Parque, fato que pode indicar impotência face a complexidade da situação.

Por outro lado, verifica-se uma crescente invisibilização de uma população que já era invisibilizada antes da implementação do PARNASI. Essa invisibilidade é traduzida, como já vimos, na pequena participação dos moradores no processo de implementação e agora na gestão do Parque. Mas essa invisibilidade também está associada ao pouco reconhecimento e uso dos saberes ambientais dos moradores dos povoados do entorno. Saberes que poderiam já ter sido acionados na fase da criação e que são imprescindíveis para o desenvolvimento do Plano de Manejo, ainda por ser elaborado. Esse processo de invisibilização, por fim, restringe e limita o acesso dos moradores aos benefícios que a criação do PARNASI produziu ao menos como atividades econômicas, ao menos em potencial, voltadas, por exemplo, ao turismo sustentável.

De qualquer modo, parece se ter uma visão menos unilateral, assim evitar a personificação da responsabilidade de quem esteve e está à frente do processo de implementação e gestão do PARNASI, e, desse modo, incorrer na simplificação e na distorção das causas dos impasses e tensões hoje existentes no local, é preciso pensar sua invisibilização por meio da noção de configuração tal como formulou Elias. Como tal, os problemas observados não são produto de intenções deliberadas dos promotores da implementação do Parque, mas resultam de um quadro de interdependência em que disparidades políticas entre os atores sociais expressam de modo mais verdadeiro as origens dos atuais problemas socioambientais observados nos povoados localizados no entorno do PARNASI.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Convenção para a proteção da flora, da fauna e das belezas cênicas naturais dos países da América de 1940.** Disponível em <http://www.ibama.gov.br/fauna/legislacao/decleg_03_48.pdf>. Acesso: 04/05/2007.

MORALES, Sheyla Pink Díaz. **Conflitos ambientais em Unidade de Conservação: uma abordagem sobre as de poder na institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana/SE - Brasil.** São Cristóvão, SE, 2011. 164 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, 2011

ELIAS, Nobert. Introdução. In.: _____. **Introdução à sociologia.** Lisboa: Edições 70, 2005.

ELIAS, Norbert. A sociedade dos indivíduos. In: _____. _____. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ENNES, M.A.; NASCIMENTO, L.M.B.; OLIVEIRA, M.S. . “Arrancar inhamé”: entre a ilegalidade e a resistência. **Scientia Plena**, 5:1-8. 2009.

GERHARDT, Cleyton. A invisibilização do outro nos discursos científicos sobre áreas naturais protegidas: uma análise comparativa. **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia**. Recife, UFPE, 2007.

IBGE. Aglomerados. Disponível em
<<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=se#>>. Acesso: 11/06/2015.

IBGE. Municípios. Disponível em
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=28&search=sergipe>>. Acesso: 11/06/2015.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MENEZES, L.C. de. **Uso sustentável da Serra de Itabaiana: preservação ou ecoturismo?** São Cristóvão, SE. 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, 192 p.

PIMENTEL, Douglas de Souza. **Os “Parques de Papel” e o papel social dos parques**. 2008. 251 p. Tese de Doutorado. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Universidade de São Paulo. Piracicaba. SP.

SANTANA, V.B. de. 2002. Serra de Itabaiana: das brumas do imaginário: a cerca invisível. São Cristóvão, SE. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, 121 p.

SERGIPE. **Autoriza o Poder Executivo a criar a Administração Estadual do Meio Ambiente, sob a forma de autarquia estadual, e dá outras providências**. Lei n. 2.181/1978. Disponível em < [file:///C:/Users/Marcelo/Downloads/lei_n0_2.181%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Marcelo/Downloads/lei_n0_2.181%20(1).pdf)> Acesso: 29/06/2015.